Notas sobre a racialidade na Geografia Humana de Vidal de La Blache

Diogo Marçal Cirqueira[1]

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar as leituras de Vidal de La Blache acerca da raça, em específico como esse autor articulou a categoria raça à ideia de meio para pensar a diferença e a diversidade humana no globo. Analisar esse aspecto em suas leituras permite um entendimento mais acurado da ideia de 'humano' em sua geografia. Será dado foco a obra *Principes de Géographie Humaine* (1922) (e sua tradução portuguesa, *Princípios de Geografia Humana,* 1954). A noção de raça em La Blache é bastante complexa e relativista, interpretada como algo fluído e qualificada mediante os deslocamentos e mesclas de populações no globo. Por outro lado, persistem leituras eurocêntricas que, marcadas por uma biologia evolucionista racialista, define hierarquizações entre povos desenvolvidos (ou "civilizados") e povos não desenvolvidos (ou 'selvagens' e 'primitivos'). O artigo está organizado em três partes: contextualização de La Blache e a construção de sua ideia de Geografia Humana; a compreensão da ideia racialidade presente nos "princípios da Geografia Humana"; e, por fim, as questões em torno das leituras de raça em La Blache.

Palavras-chave: La Blache; Geografia Humana; Raça; Eurocentrismo.

Notes on raciality in the Human Geography of Vidal de La Blache

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze Vidal de La Blache's interpretations about race, precisely, how this author articulated the race to the idea of environment to think about human difference and diversity in the globe. Analyzing this aspect in your readings allows us an accurate understanding of the idea of 'human' in your geography. The focus here will be given to the work *Principes de Géographie Humaine* (1922) (and its Portuguese translation, *Princípios de Geografia Humana*, 1954). The notion of race in La Blache is complex and relativistic, this notion is stated as something fluid and qualified by the displacements and mixtures of populations around the globe. On the other hand, Eurocentric interpretations marked by a racialism evolutionary persists and defines hierarchies between developed (or 'civilized') and undeveloped (or 'wild' and 'primitive') people. The article is organized into three parts: the first part contextualizes La Blache and the construction of his idea of Human Geography; second, the comprehension of raciality present in the "principles of Human Geography"; and, finally, the questions around the race in the La Blache´s interpretations.

Keywords: La Blache; Human Geography; Race; Eurocentrism.

INTRODUÇÃO

> Nous entendons par races des divisions fondées sur des caractères somatiques, affectant soit la morphologie, soit la physiologie du corps humain. Aujourd'hui les races physiques se manifestent rarement dans leur intégrité ; géographiquement, on ne saisit plus guère que des groupes profondément mélangés. Il est certain cependant que la couleur de la peau, l'indice céphalique, l'indice nasal, orbito-nasal, la forme des cheveux, la taille, fournissent des témoignages persistants de caractères physiques qui se sont différenciés, fixés et transmis d'âge en âge, persistant à l'état plus ou moins pur à travers tous les

[1] Doutor em Geografia (UFF) e professor no Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR-UFF). e-mail: diogomc@id.uff.br

> mélanges. Aucune expérience n'autorise à penser que le nègre, le jaune, le blanc puissent, même à la longue, perdre, en vivant dans un autre milieu que leur habitat d'origine, leurs caractères typiques.
> Paul Vidal de La Blache. Principes de géographie humaine. 1922.

A França, entre o fim do século XIX e início do XX, em meio às convulsões sociais internas ao seu território, às disputas geopolíticas no continente europeu e a sua empreitada colonial em outras partes do Globo, reproduziu, entre cientistas e políticos, ideias racialistas. Reynaud-Paligot (2006) qualifica esse processo de desenvolvimento e difusão de teorias raciais na sociedade francesa desse período de *La République Raciale,* uma vez que a ciência (racialista) foi gradualmente integrada as ideologias políticas da Terceira República. Alguns cientistas-políticos teorizaram e legislaram no parlamento francês e nos conselhos gerais e municipais tendo como fundamento a noção de raça forjada no meio científico, constituindo, na visão da autora, uma "raciologia republicana". As teorias racialistas, nesse sentido, agiram no contexto francês tanto como estruturadoras de um imaginário de coletividade e ajudou a alimentar a identidade nacional francesa (contra estados-nações rivais, como a Alemanha), como auxiliou para legitimar e expandir a política colonial francesa. O "paradigma racial" que se difundiu na França em *fin de siècle* teve como seu principal propagandista a *Société d'anthropologie de Paris* (fundada em 1859) e possuía como pressupostos as seguinte premissas: a existência de uma hierarquia de raças humanas de acordo com características morfológicas; a existência de uma hierarquia de características culturais de acordo com a proximidade com as civilizações europeias; a importância da hereditariedade nas características intelectuais e morais; o juízo de que a herança racial desacelerou a evolução das raças primitivas para a civilização; e, a ideia de que há desigualdade nas habilidades intelectuais e nos diversos graus da capacidade das 'raças humanas' para se aperfeiçoarem (REYNAUD-PALIGOT, 2006). Deve-se enfatizar que essas alegações tinham como referência paradigmática a civilizações europeias e a 'raça branca', enquanto outros (povos ou 'raça') eram interpretados como 'atrasados', 'incivilizados', 'bárbaros' etc.

Do mesmo modo, como demonstra Reynaud-Paligot (2013; 2017), ideias que afirmavam a existência de 'raças superiores' e 'raças inferiores' circularam amplamente nos espaços das elites intelectuais. Essas visões não se restringiram ao campo da Antropologia na França, várias áreas científicas no período assumiram a premissa de que a raça era um elemento primordial no desenvolvimento e progresso da história humana, como a História, a Filosofia e a Geografia. Nesse artigo especificamente, focaremos na Geografia; como essa disciplina, através de seu principal nome no início do século XX, Paul Vidal de La Blache (1945-1918), absorveu e mobilizou ideias racialistas em suas interpretações.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar as leituras de La Blache acerca da raça, mais exatamente, como esse autor articulou a racialidade à ideia de meio para pensar a diferença e a diversidade humana e física no globo. Acreditamos que uma mirada por esse ângulo em suas leituras permite um entendimento mais acurado do 'humano' de sua Geografia. Para tal exame, manteremos foco especificamente na obra *Principes de Géographie Humaine* (1922) (e sua tradução portuguesa, Princípios *de Geografia Humana 1954*), bem como, em textos traduzidos para o português (HAESBAERT *et al,* 2012).

De acordo com Moreira (2009, p. 20-21), na segunda metade do século XIX, momento da institucionalização da Geografia, emergem duas perspectivas na Geografia europeia:

> [a "Geografia Regional", que se fundamenta] no discurso da região como unidade do físico e do humano. É praticamente uma criação de Paul Vidal de La Blache, e dos geógrafos franceses que vêm na esteira de suas ideias, retoma o conceito da individualidade da região de Ritter, substituindo-o pelo discurso da identidade do recorte único e singular que suprime a certeza sensível e o caráter de corografia da superfície terrestre que eram características da Geografia pré e ritteriana.[E a "Geografia da Civilização", que] se firma no discurso da relação do homem com o meio no globo. E tem sua autoria numa pluralidade universal de pensadores que inclui Ratzel, na Alemanha, e Reclus e Vidal de La Blache, na França, a Marsh e Sauer, nos Estados Unidos. É de onde vêm as grandes matrizes.

Buscando se integrar ao rol das ciências positivas modernas a partir da "Geografia da Civilização" e da "Geografia Regional" apontadas por Moreira Nesse sentido, a Geografia se inseriu no debate sobre a diversidade e a diferença (humana e física) no globo, no qual figurou amplamente as noções de raça e meio (LIVINGSTONE, 1991; 1992). La Blache foi um dos principais representantes da Geografia nesse debate e utilizou amplamente as categorias meio e raça em suas abordagens, seja para negá-las ou para afirmá-las ou, contraditoriamente, para negá-las e afirmá-las ao mesmo tempo.

O autor foi largamente favorecido pelas reverberações da modernidade-colonial europeia na segunda metade do século XIX, que apresentava um acentuado avanço técnico e acumulava um amplo conjunto de informações etnográficas e do meio físico de diversas partes do globo. Do mesmo modo, também um reflexo dessa modernidade-colonial, se não foi influenciado diretamente pelo contexto europeu e a expansão colonial e imperialista, no qual diferenças 'raciais' foram tornadas desigualdades e hierarquias *a priori*, incorporou implicitamente tais aspectos em seu discurso geográfico.

Seguimos em pleno acordo com trabalhos recentes que evidenciam um debate falso enquadrar La Blache como comparsa do colonialismo e imperialismo europeu (HAESBAERT *et al,* 2012; RIBEIRO, 2014). Entretanto, não podemos negar que o autor foi bastante influenciado pelas perspectivas de mundo (e ciência) que envolviam a modernidade-colonial europeia centrado na raça, principalmente no contexto francês, o que se encontra explicitado em suas obras e proposições teóricas; do mesmo modo, não podemos quedar de olhos fechados para o fato de que essas leituras tiveram desdobramentos que extrapolaram o teórico ao conformar

horizontes políticos, especialmente nas colônias.

O artigo está dividido em três partes: contextualização de La Blache e a construção de sua ideia de Geografia Humana; percepção sobre a racialidade presente nos "princípios da Geografia Humana"; e, por fim, as questões em torno das leituras de raça em La Blache.

OS PRINCÍPIOS DE GEOGRAFIA HUMANA EM VIDAL DE LA BLACHE

Vidal de La Blache nasceu em 1845 em Pézeres, no sul da França. Pertencente a uma família de professores, militares e proprietários de terras, foi enviado ainda jovem para cumprir seus estudos em Paris, onde se tornou interno em um colégio de ensino básico e, posteriormente, passou a estudar na Escola Normal Superior. La Blache se graduou em História e Geografia em 1866. Posteriormente, passou três anos na Escola de Atenas, onde preparou uma tese em história sobre os registros funerários na Ásia Menor. Foi nesse período, por volta de 1868, que viajou pela Itália, Marrocos, Egito, dentre outros países banhados pelo mar Mediterrâneo. Ainda que sua carreira acadêmica tenha se concentrado na história, é durante essa viagem, "percorrendo a Turquia para a preparação do seu trabalho [,] que toma por guia a obra que Carl Ritter havia consagrado a este país e se torna geógrafo" (CLAVAL, 2006, p. 90).

Do mesmo modo, a derrota da França para a Alemanha, com a perda do território da Alsácia Lorena em 1871, e a revisão do Estado francês sobre a função política do ensino de Geografia, aprofunda ainda mais os laços de La Blache com a disciplina de Geografia. Segundo Claval (2006, p. 90),

> A derrota de 1870 suscita a França, após o relatório Lavasseur, uma política de promoção da geografia. Os ensinos primário e secundário são os únicos abrangidos numa primeira fase mas é claro que a instituição universitária e a Escola Normal Superior, que formam os professores, devem segui-las. Vidal de La Blache tira partido desta evolução: é nomeado conferencista de Geografia da Universidade de Nancy em 1875. Torna-se subdirector da Escola Normal Superior em 1880; ocupa este cargo até 1898, ano em que entra para a Sorbonne.

Ainda que tenha encontrado um ambiente político favorável com a Terceira República na França, La Blache desempenhou um papel importante para a consolidação da Geografia nesse país. Em um momento de especialização e conformação das fronteiras disciplinares rígidas, ele não somente teve uma magistral desenvoltura teórica para legitimar a Geografia – bastante multidisciplinar na época, como um grande poder de articulação e astúcia política para manter e firmar a disciplina nas universidades francesas. Para isso, afirmou a dimensão humana e física da disciplina, a concebendo como uma ciência integradora desses fenômenos, bem como envolveu em torno de si um conjunto de pesquisadores e uma estrutura de produção e reprodução do conhecimento geográfico que permitiu que a disciplina sobrevivesse e suas perspectivas se

perpetuassem – para além do contexto francês (CAPEL, 1981; CLAVAL, 2006; BERDOULAY, 2017).

De alguma maneira, Claval (2006, p. 90) resume a dimensão da importância de La Blache para Geografia francesa e alhures:

> Vidal de La Blache, homem frio do Sul da França, é um professor irrepreensível e um viajante infatigável: percorre França, a Europa, o Norte da África e a América do Norte. O Seu valor deve-se sobretudo à obra escrita, pouco volumosa, mas densa, e ao impulso que soube dar, à sua volta, aos jovens geógrafos, na sua maioria, antigos alunos da Escola Normal, que constituem o ponto de partida da escola francesa.

No que tange as questões teóricas, ainda que não tenha se destituído de toda da tradição geográfica francesa, principalmente na pessoa de Émile Levasseur (1828-1911), La Blache tem por base as obras de geógrafos alemães, dos quais estão em destaque Ritter e Ratzel e de maneira mais discreta Humboldt. É nesse sentido que, a princípio, La Blache retém da tradição francesa a ideia da Geografia como 'disciplina prática' que tem por finalidade explicar a desigual repartição dos 'homens' e das coisas na superfície da Terra e, fundamentando-se em Levasseur, identificar a 'formação de densidades'. A partir daí, segue os ensinamentos de Ritter e Ratzel e busca compreender como nessas densidades instituem relações e circulações e como se estabelecem os encadeamentos entre grupos humanos e seus meios na forma de *habitats*. É desta feita que o geógrafo formula a noção que se difundiu nas leituras francesas de "gênero de vida", ou seja, a relação singular estabelecida por um determinado grupo com um dado meio (CLAVAL, 2006, 2011; CAPEL, 1981).

Deve-se enfatizar que face ao determinismo que Ratzel por vezes expressava em suas leituras, La Blache apresenta o gênero de vida justamente como uma reação aos obstáculos que apresentam a natureza. De acordo com Claval (2006), essa estratégia lablachiana "permite medir o peso do ambiente, mas também mostrar que este não é imutável: por vezes, novos gêneros de vida tornam produtivos ambientes que não se sabia explorar". À vista disso, La Blache também dá destaque às técnicas desenvolvidas pelos grupos para coexistirem com o meio. Em outras palavras, o êxito de um grupo sobre um meio depende das técnicas que desenvolveu para intervir e se conjugar a este meio.

Frente a isso, Claval (2006) chama a atenção para o fato de que as análises de gênero de vida empreendidas por La Blache se integram a perspectiva neolamarckista que estava bastante em voga entre naturalistas franceses de então, em particular os que colaboram com a revista *Annales de Géographie*. De fato, diante do diálogo com a geografia alemã, La Blache continua o projeto de uma história natural das relações entre os grupos humanos e o meio, entretanto, dá um peso acentuado ao neolamarckismo enquanto o evolucionismo (darwinista principalmente) é deixado – um pouco – à deriva. Isso denota o fato de ser colocado uma tônica maior sobre a adaptação do que sobre a seleção. Essa virada de foco o "leva a valorizar a história e a ação

voluntária dos grupos humanos (...) [E] permite-lhe escapar à rigidez do ambientalismo darwinista." (CLAVAL, 2006, p. 76-92).

Obviamente, o pensamento lablacheano é mais complexo e mais amplo do que foi exposto. Mais que um 'Vidal', há 'Vidais' (HAESBAERT *et al,* 2012), e o mesmo não pode ser reduzido a noção de gênero de vida, como alguns autores vêm demonstrando (CLAVAL 2011; MOREIRA, 2009). Contudo, essa é uma ideia central no conjunto do pensamento do geógrafo e para as discussões que pretendemos realizar aqui, pois, é ao pensar o gênero de vida que La Blache aciona dispositivos discursivos para pensar mais detidamente as diferenças entre ambientes e grupos humanos. A despeito do caráter póstumo e inacabado, é em *Princípios de Geografia Humana,* organizado e publicado por Emmanuel de Martonne, em 1922*,* onde essas ideias foram melhor trabalhadas. Nas discussões que seguem, buscaremos pensar a racialidade nesta obra e em textos correlatos traduzidos para o português (HAESBAERT *et al,* 2012).

A RACIALIDADE DO HUMANO EM "PRINCÍPIOS DE GEOGRAFIA"

Em *Princípios de Geografia Humana* (1954) La Blache realiza análises geográficas tendo como pano de fundo a relação entre 'homem e meio'. Ao fazer isso, um dos objetivos do autor é retratar 'regiões' como exemplos da unidade singular da relação homem e meio. Para isso, ele observa "a distribuição dos homens no globo", "as formas de civilização ou técnicas" que estes desenvolvem e a "circulação" – de ordens e fatores diversas – que os envolvem. Muito influenciado pela ecologia de Ernst Haeckel (1834-1919), La Blache busca compreender como as interconexões entre os fatores ambientais e sociais conformam contextos específicos de existência de grupos humanos.

Em *Princípios de Geografia*, um dos pressupostos de La Blache é a existência apriorística das diferenças humanas e físicas no Globo, pois "desde que se abriu a era das peregrinações e das viagens, o espetáculo das diferenças de organização social, associado à diversidade dos lugares, nunca deixou de despertar a atenção" (LA BLACHE, 1954, p. 27). Em especial, para compreender as diferenças entre os "homens", bem como, para regionalizar as civilizações no globo, La Blache opera justamente com a categoria raça.

Deve ser enfatizado que La Blache em *Princípios de Geografia* foi bastante influenciado pela antropogeografia de Ratzel. Para além de uma proposta teórica que buscava compreender as vicissitudes da relação homem-meio, é muito similar entre *Princípios de Geografia* e *Antropogeographie (1909)* os pressupostos, os objetos de investigação e as estruturas de argumentação e análise. A dessemelhança se encontra justamente na presença, por vezes excessiva, de leituras biológico-deterministas e mecanicistas presentes no discurso

ratzeliano, além do peso dado aos processos de seleção em contraposição aos de adaptação. Ainda assim, é interessante notar que, no que se refere às diferenças raciais no interior da humanidade, há um diálogo silencioso entre ambos, pois, as mesmas questões e problemáticas que afligiam Ratzel foram tomadas por La Blache.

Talvez um primeiro fator que os distingue é a conceituação das noções de povo e raça. Enquanto Ratzel usa esses termos ambiguamente como sinônimos – em *Anthropogeographie* e em *Völkerkund (1888)*, La Blache trata enfaticamente de distingui-los já na introdução de *Princípios de Geografia*:

> [...] podemos, desde já, considerar como adquirida a distinção fundamental entre povo e raça, contrariamente aos hábitos da linguagem corrente que os confunde sem cessar. Sob as analogias de língua, de religião e de nacionalidade persistem, e não deixam de actuar as diferenças específicas implantadas em nós por um longo atavismo [...] entretanto, estes grupos heterogéneos combinam-se numa organização social que faz da população de um país, considerada no seu conjunto, um corpo (LA BLACHE, 1954, p. 34-35).

Desta feita, o povo diz respeito exatamente a grupos humanos regidos por organizações sociais e culturais coesas, enquanto as diferenças raciais estão ligadas aos aspectos da morfologia corporal de sujeitos. Raças não estão circunscritas às estruturas sociais, nem estruturas sociais à raça, ainda que possam se sobrepor em alguns contextos. Assim sendo, grupos sociais (povos), na visão lablacheana, podem ser compostos por diferenças raciais em seu interior – em suas palavras, "diferenças [raciais] implantadas por um longo atavismo". Em síntese, o que verdadeiramente propicia unidade no interior de grupos são os aspectos sociais e culturais e não a raça.

Pereira (2013) também notou essa diferenciação estabelecida por La Blache em *États et Nations.* As discussões do geógrafo nesse texto buscaram debater as contingências que envolviam raça, povo, nação e nacionalidade e tiveram de fundo a experiência nacional francesa em contraposição à alemã. Tomando como referência Claval, destaca Pereira (2013, p. 345):

> [...] na Alemanha, com sua concepção particular de nação, a questão crucial era saber onde fixar as fronteiras do Império recém-constituído, de modo a permitir que todo o povo alemão fizesse parte do Estado alemão; na França, em contrapartida, o problema era outro. A geografia francesa teria uma motivação distinta: explicar a França; explicar como um povo de origem diversa - celta, romana, germânica - acabou constituindo uma entidade política original.

Como se nota, a experiência nacional francesa não somente influenciou na interpretação lablacheana sobre nação, como também, em seu entendimento sobre o conceito de raça. Isso é evidenciado na maneira cuidadosa como o geógrafo francês define as distinções e fronteiras entre raça e povo.

Apesar de não se posicionar explicitamente acerca desse assunto, La Blache mostra-se monogenista. Ele expressa o entendimento que a humanidade parece ter uma origem única e singular, cuja diferenciação em

raças distintas se deu no decorrer do tempo evolutivo, devido a processos de adaptação biológica[2]. É a partir desse posicionamento que é tratada a formação das raças. Segundo La Blache, isso se deu por conta de "movimentos continentais" que envolveram o deslocamento e adaptação de grupos humanos a contextos naturais, que, igualmente, estavam em processo de transformação. É citado como exemplo o caso "da raça dolicocéfala loira, camada nórdica" – ou brancos do norte da Europa – que tiveram sua origem por conta do "recuo dos glaciares quaternários" no norte da Europa (LA BLACHE, 1954, p. 367).

De acordo com La Blache, a formação dos grupos raciais distintos se deu por conta de barreiras, referentes aos 'vazios' ou 'regiões menos povoadas', que separaram e diferenciaram no decorrer do tempo grupos humanos. Ele cita como fatores que influenciaram esse processo:

> [...] primeiro, os mares; [e] na superfície da terra: os pântanos, as florestas, as montanhas. Além disso, há regiões melhores dotadas do que outras para proporcionarem às necessidades do homem uma satisfação fácil e abundante; a distribuição das plantas e dos animais úteis deve ter exercido uma influência decisiva na formação dos grupos humanos (LA BLACHE, 1954, p. 366).

Assim, tendo em conta a dimensão não sincrônica e a larga extensão temporal do processo de expansão da humanidade;

> [...] na impossibilidade de traçarmos as fases dessa evolução, não podemos fazer mais do que verificar um facto – na actualidade a população humana está distribuída por grupos: entre um pequeno número de focos de acumulação, há vazios ou, pelo menos, regiões muito menos povoadas. As causas que presidiram à formação destes grupos favoreceram a criação de individualidades. Algumas permaneceram fracas, outras engrandeceram-se a ponto de abrangerem grandes coletividades. A não admitirmos a acção mil vezes secular de causas separadoras, seria impossível conceber as divisões que a humanidade actual apresenta ainda. (LA BLACHE, 1954, p. 366)

Do mesmo modo, ao tempo que La Blache desmitifica a ideia de que as raças possuem uma essência biológica ou subjetiva – que impossibilita, por exemplo, a reprodução entre diferentes raças e a existência em comum entre grupos, também questiona a ideia de que cada grupo racial possui um clima e meio natural próprio, como era comum entre teóricos do fim do século XIX:

> As modificações que se observam nas raças são devidas mais aos cruzamentos que se operam entre elas do que à influência das condições imediatas do clima e do solo sobre o organismo (...) nós vemos que Lapões e Escandinavos, Eslavos e Samoiedos, Malaios e Melanésios, Ainus e Japoneses coexistem sob as mesmas latitudes; e, por outro lado, as regiões equatoriais proporcionam domicílio a raças tão diferentes como os Pretos de África e os Índios da América do Sul (LA BLACHE, 1954, p. 368)

[2] Uma das controvérsias que perpassava a ciência racialista europeia entre meados do século XIX e o início do século XX era se as diferentes 'raças' pertenciam ou não a uma mesma espécie ou gênero humano. Esses debates se fundaram principalmente sobre as perspectivas poligenistas ou monogenistas do surgimento da humanidade. Em resumo, o ponto de vista monogenista enfatizava o surgimento uno da humanidade, a qual foi se diversificando e diferenciando racialmente no decorrer do tempo; enquanto a perspectiva poligenista defendia a existência de vários centros geográficos de origem racial (cf. SCHWARCZ, 1993; REYNAUD-PALIGOT, 2006, 2014). Apesar das divergências, ambas as perspectivas se alinhavam no entendimento de que 'o meio', o 'clima', o 'habitat', o 'ambiente', enfim, os aspectos naturais externos, de forma genérica, influenciavam nos processos de formação e diferenciação das raças humanas (CIRQUEIRA, 2015).

É tomando todas essas questões que La Blache, ao discutir a constituição das diferenças raciais, conceitua a categoria raça:

> Nós entendemos como raças as divisões fundadas nos caracteres somáticos, que afectam quer a morfologia, quer a fisiologia do corpo humano. Actualmente, as raças físicas manifestam-se raramente na sua integridade; geograficamente, não se distinguem mais do que grupos mestiçados. É, todavia, certo que a cor da pele, os índices cefálico, nasal e órbito-nasal, a forma dos cabelos e a altura fornecem testemunhos persistentes de caracteres físicos que se diferenciaram, fixaram e transmitiram de idade em idade, persistindo mais ou menos puros apesar de todas as mestiçagens. Nenhuma experiência nos autoriza a pensar que o negro, o amarelo ou o branco possam, mesmo com o decorrer do tempo, perder os seus caracteres típicos pela simples razão de viverem num meio diferente do habitat de origem (LA BLACHE, 1954, p. 366).

A partir da definição acima podemos compreender mais a fundo sua perspectiva acerca da noção de raça. Como mencionado, La Blache deixa marcado que parte de uma noção estritamente física de raça – muito difundida entre os antropólogos do período (SCHWARCZ, 1993). Essa noção leva em questão aspectos físicos visíveis dos grupos sociais, como cor da pele, morfologia corporal, textura do cabelo etc. Além do mais, como podemos notar à primeira vista, o autor, em suas discussões sobre raça, desconsidera que haja qualquer relação essencial entre essas características e os aspectos morais e subjetivos dos sujeitos ou dos grupos raciais.

Outro aspecto que pode ser observado na noção de raça de La Blache é a afirmação de que existe uma dificuldade em se definir exatamente os grupos raciais. Como o mesmo ressalta, os deslocamentos dos grupos humanos pelo Globo – principalmente em sua contemporaneidade, condicionados pelo desenvolvimento técnico e dos transportes – proporcionaram o encontro entre diversas "raças" que se encontravam separadas por barreiras físicas. Isso, consequentemente, propiciou o "cruzamento" e a "mestiçagem" entre grupos humanos racialmente distintos. Esse fato, segunda ainda o autor, dificulta o encontro de "tipos raciais puros", sendo mais comum "sub-raças" provenientes dos cruzamentos entre os "tipos gerais". Nesse contexto, os grupos compostos unicamente por tipos gerais estão restritos a um tempo histórico remoto ou existem em casos isolados muito específicos. Em suas palavras:

> O problema da formação e da consolidação de alguns tipos [raciais] gerais, nos quais está absorvida e se resume uma grande quantidade de sub-raças, é bem pouco esclarecido – e isto para não dizer nulamente – pelo exame das condições presentes. A distinção das raças remonta, na realidade, a uma época em que o modo de povoamento diferia profundamente do actual. É preciso encará-lo como uma herança do passado (LA BLACHE, 1954, p. 368).
>
> Entre as raças de caracteres bem marcadas, e que, por isso, conservam o seu domínio quase exclusivo, como o preto e o homo caucasicus, os tipos intermédios abundam; e não é somente entre brancos e amarelos que podemos notar, como o Dr. Hamy, 'a extrema dificuldade de uma delimitação científica' (LA BLACHE, 1954, p. 370).

Indo além, partindo da ideia de que "todas as partes da terra estão em comunicação; o isolamento é uma

anomalia", La Blache (1954, p. 40) enfatiza que a civilização se resume na luta contra obstáculos físicos (como "montanhas, florestas, pântanos, regiões sem água etc.") e o seu desenvolvimento pressupõe o contato e, de alguma forma, a mescla entre os grupos humanos. "Os povos que dela [da natureza] saíram vencedores puderam aproveitar em comum os resultados duma experiência colectiva, adquirida em diversos meios". Já os povos que permaneceram isoladas e fixados, "perderam a faculdade de iniciativa à qual deviam os seus primeiros progressos; incapazes de, pelas próprias forças, irem além de um certo estádio, lembram-nos aquelas sociedades animais que parecem ter esgotado a soma de progresso de que eram susceptíveis" (LA BLACHE, 1954, p. 40).

Do mesmo modo, o autor destaca que no processo de mescla de raças diferentes existe um fator de adaptação a meios específicos. Por exemplo, se referindo a miscigenação entre brancos e negros na Índia, La Blache (1954, p. 371) afirma que surgiu uma raça mais adaptada ao clima. Vejamos: "seja qual for a ação da mestiçagem, temos aí uma verdadeira raça reconhecível por algumas características, essenciais 'notavelmente uniformes e distintas'. Esta raça, na Índia, está no seu meio; lá se formou e cimentou, e, melhor adaptada do que qualquer outra às condições do clima".

Além disso, também questiona a ideia de que o meio, na verdade o clima, possa influenciar decisivamente na constituição ou na degeneração das raças. O autor conserva a concepção ratzeliana de que "[...] a influência do meio reserva a última palavra" (LA BLACHE, 1954, p. 372) nos processos de adaptação das raças, no entanto, enfatiza que as constatações empíricas não permitem que se afirme que o meio unicamente cause modificações nas raças. Primeiramente, meios muito similares são habitados por raças as mais díspares possíveis no Globo e, segundo, "[...] a empresa da colonização, a qual a nossa época ligou a sua glória, seria um engano se a natureza impusesse quadros rígidos, em vez de dar margem às obras de transformação ou de restauração que estão no poder do homem" (LA BLACHE, 1954, p. 39). Enfim, o que interfere na relação homem-meio e os grupos raciais aí envolvidos são mais os deslocamentos e as capacidades (técnicas) de cada grupo de se adaptar e prevalecer do que os aspectos naturais de cada região.

Sintetizando, La Blache despende grandes esforços para desmontar a ideia de que haja uma relação determinista, essencialista e imutável – no que se refere a relação homem-meio – na constituição das raças. Em suas conclusões acerca dessa discussão ele deixa isso explícito:

> As origens das principais diversidades de raças escapam-nos; perdem-se num passado bem longínquo. Mas, e apesar da reserva que a imperfeição das observações nos impõe, muitos factos advertem-nos de que a matéria humana conserva a sua plasticidade e que, incessantemente modelada pelas influências do meio, é capaz de prestar-se a combinações e formas novas. O trabalho de formação das raças está sempre a fazer-se. A seiva dos arranjos étnicos não secou. No cadinho da natureza, trabalham múltiplas forças; e nada aproveita melhor o ricochete dessas energias do que o ser

> inteligente que sabe empregá-las para os seus fins, utilizar-lhes as sugestões e modelar os seus hábitos e modos de vida. Não é somente pelas intempéries, mas pela tonalidade geral que o clima actua; e o clima não é o único factor: o solo, o relevo, as formas que engendram as superfícies e os contatos de terras e água – eis aí o conjunto que age sobre os homens (LA BLACHE, 1954, p. 372).

PROBLEMAS E QUESTÕES DA RAÇA EM LA BLACHE

Como se pode notar, a noção de raça de La Blache é bastante complexa e relativista. Para além do posicionamento teórico que se contrapunha a um determinismo (ambiental e biológico), o autor demonstra que estava a par das discussões acerca desse assunto na década de 1920[3], onde vários pensadores atestavam o carácter falso das determinações raciais e colocavam em questão seu uso científico e político. Algo que é bastante ressaltado pelo autor, principalmente em *Princípio de Geografia,* é o caráter fluido da raça mediante os deslocamentos e mesclas de populações – em processos cada vez mais acentuados. Contudo, ao se lançar um olhar mais atento sobre os textos do geógrafo, nota-se traços de uma visão eurocêntrica, por vezes marcada por uma biologia evolucionista racista. Permanecem resquícios de uma leitura determinista, haja visto que, de forma muito tênue, as hierarquizações entre povos desenvolvidos (ou 'civilizados') e povos não desenvolvidos (ou 'selvagens' e 'primitivos') perduram.

Gomes (1996, p. 214), por exemplo, enfatiza que apesar do comprometimento de La Blache com um modelo 'científico-positivista' de ciência,

> [...] quando descreve a luta do homem contra a natureza, ele parece fazê-lo do ponto de vista racionalista e otimista de uma sociedade 'civilizada', pronta a tudo reconstruir e a tudo superar graças à razão. A civilização representava uma forma da razão, do bom senso, e a natureza estava, para todo fim útil, pronta para servir ao desenvolvimento do homem moderno.

Mediante isso, em algumas leituras de La Blache a "[...] biologia evolucionista é marcante e frequentemente ocupa um lugar de núcleo explicativo. A analogia biológica é, aliás, convocada para ligar os fatos de natureza social aos fenômenos naturais" (GOMES, 1996, p. 214). Essa abordagem propiciou, em muitos casos, critérios de classificação e hierarquização sobre grupos humanos que, como para os organismos, deve-se "partir do mais simples ao mais complexo" (GOMES, 1996, p. 214).

É assim que La Blache, ao buscar imprimir uma "positividade" que "analise, classifique e compare" em suas leituras, expressa um certo "determinismo racial" (GOMES, 1996, p. 215). Gomes encontra nos comentários de La Blache à "geografia política" de Ratzel assertivas que justificam suas afirmações. Como por exemplo: "e todo o quadro da vida que muda sobre as superfícies em que uma raça mais avançada em civilização toma

[3] Ainda que não o cite, La Blache parecia ter conhecimento das críticas ao conceito de raça estabelecidas pelo antropólogo-geógrafo Franz Boas (1858-1942).

lugar" (LA BLACHE, 2012 [1898], p. 410).

Indo além, deve-se ter em mente que o que significava civilização ou avanço civilizacional para La Blache - e para a grande maioria dos pensadores europeus a sua época – estava contido e reduzido aos povos europeus. Na verdade, a civilização se restringia aos grupos humanos de 'raça branca' localizados em território Europeu. Na medida em que o nível de civilização era também medido pelas capacidades técnicas de intervenção sobre o meio, o autor ressalta as ações desses povos pelo Globo. Como por exemplo:

> Os ventos, as correntes, os rios e os animais têm seu papel na dispersão das espécies. Mas de todos os agentes que dessa forma criam o intercâmbio entre as diversas partes da Terra, que alteram o equilíbrio sempre provisório do mundo animado, nenhum, naturalmente, é comparável ao homem. **O europeu moderno, sobretudo, é o artesão infatigável de uma obra que tende a uniformizar, se não o planeta, pelo menos cada uma das zonas do planeta** (LA BLACHE, 2012 [1898], p. 409. grifo nosso).

Nesse caso não é demais relembrar que a institucionalização da Geografia francesa - além de ter estado relacionada a problemas nacionais internos à Europa – esteve conectada diretamente com a expansão colonial (cf.: CAPEL, 1981; BERDOULAY, 2017) e que "toda obra de La Blache está imbuída de uma visão política a serviço do colonialismo francês" (MAMIGONIAN apud PEREIRA, 2012, p. 341). Por trás da desqualificação de povos em outras partes do globo como inferiores, figura uma visão que prega um processo civilizatório eurocêntrico de base francesa, o que levaria a modernidade e os valores iluministas e republicanos aos povos 'atrasados' (REYNAUD-PALIGOT, 2006).

Sem dúvida, La Blache, conceitualmente, despe da noção de raça todo aspecto determinista e essencialista. Entretanto, do ponto de vista analítico, permanece a utilização da categoria para distinguir e hierarquizar "os homens" e "povos". Apesar dos avanços do autor, no que se refere a relativização e complexificação de categorias e análises, ainda percebemos em suas leituras uma "metodologia da comparação implícita"[4].

Nesse sentido, pode-se aqui levantar as seguintes críticas, na forma como é utilizada a raça pelo autor: ainda que conteste as ideias rígidas de raça, ao enfatizar os processos de caldeamento e de constantes transformações, La Blache (1954) inda opera com os "tipos gerais" (branco, negro e amarelo), pois, "a resistência dos tipos é um dos factos que os progressos dos estudos antropológicos têm posto em foco. Há caracteres constantes a par de outros que podem variar". Um exemplo evidente é que, apesar de enxergar um crisol de raças e povos na Europa, sua interpretação dá a entender que essa diversidade está contida no

[4] Pensando a formação do discurso sociológico moderno, destaca Costa (2006, p. 87): "a **metodologia da comparação implícita** e o tipo de narrativa histórica da sociologia moderna fazem com que tudo que é diverso no "resto do mundo" seja decodificado como um *ainda* não existe, uma falta a ser compensada por meio da intervenção social cabível em cada contexto e em cada época histórica: dominação colonial, ajuda ao desenvolvimento, intervenção humanitária etc. Com isso, (...) não [se] pretende naturalmente atribuir a responsabilidade pelos colonialismos e imperialismos às ciências sociais modernas. Mostra[-se], contudo, como as disciplinas desse campo reproduzem a perspectiva colonial, ao alimentar e legitimar o modelo dominante de representação das relações entre a Europa e o resto do mundo."

"tipo geral branco". Do mesmo modo, em alguns casos o autor sobrepõe esses tipos a categorias espaciais, como países, continentes e regiões. Encontramos, assim, expressões como "países negros" - ao se referir aos grupos humanos subsaarianos em África (LA BLACHE, 2012), ou "os pretos de África" e os "Índios da América do Sul", "europeus brancos", "japoneses amarelos" etc. (LA BLACHE, 1954).

Isso não seria um problema se se resumisse a uma mera classificação dos povos, entretanto, partindo de uma perspectiva ainda evolucionista, La Blache observa a relação homem-meio a partir da capacidade (técnica) que os homens possuem para intervir e se adaptar ao meio; e, por essa ótica, ele define as sociedades em 'civilizadas' e 'primitivas'. Na medida em que a ideia de 'civilizado' ou 'primitivo' é codificada e projetada em grupos humanos por categorias espaciais – como continentes, países, regiões, lugares etc. – em seu discurso, muitas das vezes, o 'desenvolvido' coincide com a raça 'leucodérmica' (europeus brancos) e os não desenvolvidos – ou ainda com 'organizações primitivas', para usar suas palavras – com as outras 'raças' (negros, amarelos, vermelhos etc.). La Blache sobrepõe níveis de desenvolvimento, categorias espaciais e identificações raciais e estabelece uma hierarquização a partir da intervenção técnica estabelecidas por esses povos. Não é por acaso que em alguns momentos de seus escritos ele profere tais sentenças:

> A separação de vida entre o homem e o animal é menos nítida nas sociedades primitivas, onde o animal figura em lugar de destaque na árvore genealógica. **Os viajantes nos descrevem as cabanas de certos indígenas no Brasil como verdadeiros estábulos, onde coabita toda sorte de animais díspares** (LA BLACHE, 2012, p. 140, grifo nosso).
>
> **A agricultura rudimentar, tal como a praticam as tribos primitivas da África e da Índia**, é essencialmente nômade" (LA BLACHE, 2012, p. 171, grifo nosso)
>
> Se o isolamento for grande, as localidades envolvidas pelo mar ou pelo deserto são capazes de conservar populações que em outros lugares desapareceram - é o caso dos Guaches nas ilhas Canárias ou dos **etíopes troglóditas** que Nachtigal descobriu, há vinte anos, sob nome de Tebas, nas solidões centrais do Sahara (LA BLACHE, 2012, p. 407, grifo nosso).

Logo, apesar disso não ser colocado de forma direta, em alguns de seus escritos e em especial em *Princípios de Geografia Humana,* há uma regionalização das raças no Globo que as hierarquiza por conta de seus "modos de vida" (ou "gêneros de vida") ou cultura, acerca das quais a racialidade está subliminarmente conectada.

Na medida em que o autor define o "desenvolvimento" a partir de experiências particulares (europeias), hierarquizando "gêneros de vida", incorre num evolucionismo teórico, pois, transpõe uma sequência contingente de transformações de uma sociedade específica para uma escala histórica e geográfica Global. Também, tendo as discussões precedentes como evidência, pode-se dizer que La Blache cambia de uma leitura racial para uma leitura cultural, contudo, não muda a essência de sua explicação no trato com as diferenças humanas, que permanecem hierarquizantes. Destarte, do ponto de vista político e normativo, as análises de La Blache são problemáticas na medida em que situa o avanço da relação homem-meio nas

organizações sociais do 'Norte" (Europa e Estados Unidos), atribuindo tacitamente não somente a superioridade e o monopólio de tais relações, como também, que estas são projeções a se alcançar indubitavelmente.

Por fim, retomamos os comentários de Gomes acerca do "determinismo racial" em La Blache, pois o autor, talvez numa tentativa de preservar o geógrafo francês, salienta que as construções teóricas baseadas na "biologia evolucionista" presentes em seu texto são completamente opostas à sua "visão excepcionalista" que valoriza as individualidades. Isto, a biologia evolucionista, estaria deslocado em suas análises, pois, não possui "verdadeiramente uma função explicativa no conjunto da sua obra" (GOMES, 1996, p.221).

Apesar de reconhecer que "Vidal viveu em uma época de grandes discussões sobre os limites de validade da ciência e sobre o melhor método para produzi-la. De uma certa maneira, em sua obra, variada e rica de influências, **reflete o ambiente de seu tempo**", Gomes (1996, p. 221, grifo nosso), em uma análise extremamente eurocêntrica da modernidade da Geografia, se esquece ou pormenoriza os processos de expansão imperialista e colonialista que La Blache assistia (e de alguma maneira protagonizava) a partir da França. Como apontam uma série de autores, isso teve efeitos diretos na epistemologia da Geografia, bem como, nas teorizações lablacheanas (CAPEL, 1981; PEET, 1985; PEREIRA, 2012; LIVINGSTONE, 1991; MORRISSEY, 2014). Possivelmente, a irrupção de leituras de uma biologia evolucionista e racialista fossem um recalque da ciência europeia que persistia em La Blache. Contudo, também não podemos descartar que os discursos evolucionistas que hierarquizavam sociedades e grupos humanos no globo fossem uma maneira – direta e indireta – de La Blache deixar em dia suas leituras com as aventações racialistas e o expansionismo franceses que se encontravam em seu auge no final do século XIX. Nesse sentido, esse discurso não era estranho ou 'deslocado' na Geografia que produzia La Blache no período, como quer crer Gomes (1996), mas, como um reflexo de seu tempo, era parte integrante e complementar de sua epistemologia, denotando a colonialidade e a racialidade da suposta 'geografia moderna', da qual o grande geógrafo francês não escapou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

La Blache, como um homem de seu tempo, absorveu e discutiu as ideias racialistas que circulavam em *La République Raciale* francesa. Em *Princípios de Geografia Humana*, apresenta uma leitura complexa e relativista sobre a diferença e a diversidade racial no Globo; afirma tanto a origem única da humanidade ao assumir a perspectiva monogenista, quanto desmistifica leituras que asseveravam uma essência imutável de 'tipos raciais'. Nas leituras do autor, na *formation de races* é impossível pensar em fixidez devido a histórica

circulação e transmigração dos grupos humanos e os sucessivos processos de *métissage* que ocorreram entre esses grupos. Do ponto de vista geográfico, também é refuta a ideia de que 'raças' específicas estão conectadas a um clima ou a um meio natural exclusivos. Para justificar sua afirmação, o autor apresenta uma série de exemplos de 'tipos raciais' distintos que vivem em meios naturais semelhantes ao redor do globo.

Por outro lado, embora La Blache desenvolva uma leitura relativista sobre a diferença humana, ainda permanecem vestígios de uma raciologia eurocêntrica fundada em uma lógica de 'raças inferiores' e 'raças superiores'. As interpretações sobre a racialidade e formação das raças – principalmente em *Princípios de Geografia Humana* (1922), foram realizadas em um período de transformações no campo científico, principalmente na Antropologia, em que pensadores passaram a contestar a utilização da ideia de raça para pensar e qualificar a diferença humana (o antropólogo-geógrafo Frantz Boas encabeçava esse movimento). A eminência desse debate no período pode ter levado La Blache a acomodar leituras relativistas-culturalistas ao racialismo essencialista, mesmo que codificado em seus escritos. Por outro lado, o final do século XIX e início do XX é o momento de intensificação da expansão colonista-imperialista da França e um dos debates que existiam era se a 'raça branca' poderia viver e proliferar – sem se 'degenerar' – em outros meios naturais que não o subtropical europeu. Nesse sentido, além de um discurso manifesto que afirmava a desigualdade das raças e a necessidade da colonização para 'levar a civilização aos povos inferiores', La Blache recusa a determinação entre raça-meio ao afirmar que qualquer 'raça' pode viver e prosperar em qualquer meio, desde que tenha ou desenvolva as condições técnicas adequadas. De alguma forma, com essa premissa, ele valida implicitamente a expansão francesa.

Buscamos realizar uma leitura internalista da obra de La Blache com o objetivo de evidenciar suas leituras sobre as diferenças raciais no bojo da formação da Geografia moderna-colonial - algo negado por geógrafos contemporâneos como um tema inexistente e exógeno ao pensamento geográfico. No entanto, ressaltamos que essa questão ainda é um campo aberto tanto no que se refere à obra do autor, quanto no que toca o período de formação da geografia moderna-colonial no qual La Blache era protagonista central. Como uma proposta de agenda de pesquisa, há a necessidade de serem realizadas investigações sobre os autores e o contexto social de onde emergiram as ideias racialistas na França e sua difusão entre geógrafos, bem como, é necessário inquerir como essas teorias da raça foram assimiladas no contexto brasileiro, tendo em vista a proliferação da geografia francesa de base lablacheana aqui.

REFERÊNCIAS

BERDOULAY, V. *A escola francesa de Geografia*: uma abordagem contextual. São Paulo: Perspectiva, 2017.

CAPEL, H. *Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea*. Madrid: Barcanova, 1981.

CLAVAL, P. *Epistemologia da Geografia*. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

_____. *História da Geografia*. Lisboa: edições 70, 2006.

CIRQUEIRA, D. M. *Inscrições da racialidade no pensamento Geográfico (1880-1930)*. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociência, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

_____. A maldição de Cam: relação "homem-meio" e projeto de nação em Sílvio Romero. *Terra Livre*, São Paulo, v. 1, n. 46, p. 142-182, 2016. Acesso em: 10 jan. 2020. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/624/1290>.

_____. Raízes nefastas do pensamento geográfico no Brasil: meio, raça e nação em Oliveira Vianna (1920-1933). *Geosaberes*, Fortaleza, v. 9, n. 19, p. 1 - 21, set. 2018. Acesso em: 10 jan. 2020. Disponível em: <http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/673>.

DORATIOTO, F. O Brasil no Mundo. In: SCHWARCZ, L. M. (coord.). *História do Brasil nação*: a abertura para o mundo, 1889-1930. São Paulo: Objetiva, 2013. p. 133-172.

GOMES, P. C. C. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. *Vidal, Vidais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

LA BLACHE, P. V. The physiogamy of France. In: OAKES, T. S.; PRICE, P. L. *The Cultural Geography Reader*. New York: Routledge, 2008. p. 90-95.

_____. A Colúmbia Britânica. In: HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. *Vidal, Vidais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012 [1908]. p. 431-436

_____. A Conquista do Saara In: HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. *Vidal, Vidais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012 [1911] 447-454

_____. A geografia humana: suas relações com a Geografia da Vida. In: HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. *Vidal, Vidais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012 [1903]. p. 99-124

_____. A zona fronteiriça entre Argélia e o Marrocos conforme Novos Documentos In: HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. *Vidal, Vidais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012 [1897]. p. 389-400

_____. As condições geográficas dos fatos sociais. In: HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. *Vidal, Vidais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012 [1902]. p. 85-98

_____. Estados e nações da Europa em torno da França (extratos). In: HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. *Vidal, Vidais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012 [1889]. p. 363-388.

_____. O contestado Franco-Brasileiro [1901]. In: HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. *Vidal, Vidais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 421-424.

_____. O princípio da Geografia Geral. In: HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. *Vidal, Vidais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012 [1896]. p. 47-66

_____. Os gêneros de vida na Geografia Humana - Primeiro artigo. In: HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. *Vidal, Vidais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012 [1911]. p. 131-158

_____. Os gêneros de vida na Geografia Humana - Segundo artigo. In: HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. *Vidal, Vidais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012 [1911]. p. 159-180

_____. Sobre o princípio de agrupamento na Europa Ocidental In: HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. *Vidal, Vidais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012 [1917]. p. 455-463

_____. A Geografia Política. A propósito dos escritos do sr. Friedrich Ratzel. In: HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. *Vidal, Vidais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. [1898] p.401-420

_____. *Principes de géographie humaine*. Paris: Norp-nop Editions, 2011 [1922].

_____. *Princípios de geografia humana*. 2. ed. Lisboa: Cosmos, 1954.

LIVINGSTONE, D. N. The moral discourse of climate: historical considerations on race, place, and virtue. In: *Journal of Historical Geography*, Amsterdã, v. 17, n. 4, p. 413-434, 1991.

_____. *The geographical tradition*: episodes in the history of a contested tradition. Oxford: Blackwell, 1992.

MOREIRA, R. *Para onde vai o pensamento geográfico?* Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2009.

PEREIRA, Sergio Nunes. Estados, nações e colonialismo: traços da geografia política vidaliana. In: HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. *Vidal, Vidais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 337-362.
_____. Obsessões geográficas: viagens, conflitos e saberes no âmbito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. In: *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 112-124, jul./dez. 2005.

RIBEIRO, G. S. Mito e ciência nas interpretações sobre Paul Vidal de La Blache. In: *Mercator*, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 7-21, ago. 2014. Acesso em: 10 nov. 2020. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1323>.

MACHADO, L. O. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. *Geografia*: conceitos e temas Rio de

Janeiro: Bertrand, 1995. p. 309-353.

MORAES, A. C. R. *A Gênese da Geografia Moderna*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.

MOREIRA, R. Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2009.

MORRISSEY, J. Imperialism and Empire; Colonialim and anti-colonilism. In: MORRISSEY, J.; NALLY, D.; STROHMAYER, U.; WHELAN, Y. *Historical Geography* (key concepts). London: SAGE, 2014. p. 17-35.

PEET, Richard. The social origins of environmental determinism. In: Annals of the Association of American Geographers. 75(3), 1985. p. 309-333.

RATZEL, Friedrich. Anthropogeographie. Stuttgart: Verlag Von J. Engelhorn, 1909.

_____. As Raças Humanas. In: MORAES, Antônio Carlos Robert (org.). Ratzel. São Paulo: Ática, 1990.

_____. Las Razas humanas. Vol. 1. Barcelona: Montaner y Simon, 1906.

_____. Völkerkunde. Leipzig: Berlang bes Bibliographien Instituts, 1888.

REYNAUD-PALIGOT, C. *La République raciale*: paradigme racial et idéologie républicaine. Paris: PUF, 2006.

_____. The Racialization of National Identity in France in the 19th Century. In: Colloque National Races: Anthropology, Classification and Politics In The 19th And 20th Centuries, 2014, Cork. *Anais [...]*. Cork: University College Cork, 2014.

_____. The racial republican context and intercultural contact. PATEL, S. (org.). *Contact in Context*. UK: Cambridge Scholars Publishing, 2013. p. 139-150.

_____. Essor et diffusion du paradigme racial. *Textes et documents pour la classe*, Chasseneuil-du-Poitou, n. 1109, p. 32-35, 15 mar. 2017.